

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CULTURA NO PROJETO CALENDÁRIO DAS ARTES DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA

Juliana Silva Almeida¹

RESUMO: O que está por traz na formulação de uma política cultural? Há sempre conceitos submersos, ideologias que pairam uma intervenção nesse campo de significados invisíveis e figuras intangíveis que é o da cultura. Nesse trabalho, estudaremos um projeto da Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB no intuito de refletir sobre a concepção de cultura que está nele intrínseca. Buscaremos trazer à tona as acepções formuladas no “Calendário das Artes”, um dos projetos que tem ganhado grande investimento na política cultural do Estado da Bahia, a partir de 2012, no intuito de tornar visíveis os conceitos ali engendrados e qual o real propósito do Estado com esta política.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, política cultural, edital Calendário das Artes.

TERRITÓRIO DE ANÁLISE

Para entramos nessa discussão será fundamental trazer a definição de “política cultural”, um campo de estudos essencialmente multidisciplinar e que, atualmente, ocupa um lugar central nos debates sobre o desenvolvimento humano numa sociedade configurada pelas intensas aceleradas trocas simbólicas. Tomaremos como referencial teórico as políticas culturais como sendo modalidades sistemáticas de intervenções na área da cultura, tendo em vista o conceito de Nestor Garcia Canclini (2005 *apud* RUBIM, 2007b, p.13), que diz:

“Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social.”

Desdobrando o conceito vemos que se entende que uma política cultural trata de ações com certa articulação, já que por não serem ações pontuais exigem um conjunto de intervenções para concretizá-la; que podem ser empreendidas não só pelo Estado (obviamente o ator mais aparelhado), mas também por grupos e instituições da sociedade civil; e que ela se destina ao desenvolvimento de um conjunto de símbolos, atenta às necessidades culturais de

¹ Juliana Silva Almeida é aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Artes e Humanidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Email: julisalmeida@gmail.com.

um grupo e, ainda, que sejam consensuais em relação à ordem proposta para transformação social. Este conceito nos esclarece, portanto, que nenhuma política cultural é neutra – politicamente e ideologicamente, o que nos aguça a curiosidade no caminho a ser percorrido por esse trabalho, ao mesmo tempo em que o justifica.

Albino Rubim (2007b, p. 149), traça um “horizonte de pertença e abrangência das políticas culturais” que será considerado neste estudo como um padrão analítico a fim de examinar as formulações da política cultural traduzidas pelo projeto objeto de estudo deste trabalho – o Calendário das Artes. Para o autor (*op cit*, p. 149), as dimensões propostas “possibilitam observar as políticas culturais em toda a sua envergadura e permite a construção de um padrão analítico para a comparação de seus variados formatos”. São elas: I. Definição e determinação da noção de política acionada; II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural; III. Conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas; IV. Objetivos e metas; V. Delimitação e caracterização dos atores presentes; VI. Públicos pretendidos, modalidades de fruição e de consumo previstas; VII. Instrumentos, meios e recursos utilizados; VIII. Os momentos acionados do sistema cultural; IX. Interfaces pretendidas e acionadas e X. As articulações realizadas.

A nossa abordagem observará um dos momentos propostos nesse sistema teórico que é a definição de cultura intrínseca, considerando que

“A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão do objeto das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas, como as conexões pretendidas e realizadas entre modalidades de cultura, sejam elas: erudita, popular e midiática ou local, regional, nacional, macro-regional e global.”(RUBIM, p. 149)

Deste modo, se nenhuma política cultural é neutra e se ela está sempre relacionada a uma noção de política (*op cit*, 2007b), a explicitação das questões abarcadas dentro na ideia de cultura proposta pelo projeto em questão nos fará perceber pra onde ela se direciona. No âmago das políticas culturais estão a qualidade do desenvolvimento que queremos e as bases da configuração societária que estão sendo construídas. O caminho para a cidadania cultural (CHAUÍ, 1995), parte da elaboração de projetos como esses e cabe a nós analisarmos criticamente e contribuirmos para estas formulações nos espaços ora existentes.

ACEPÇÕES DA NOÇÃO DE CULTURA

Para entender as noções da palavra cultura é imprescindível relacionar o contexto societário em que ela foi usada, isto é, constituir a sua “gênese social, sua genealogia” (CUCHE, 1999, p. 18). Cevasco (2003) ao traçar historicamente as versões de cultura identifica que até o século XVIII ela designava uma atividade, ou seja, a palavra era sempre seguida de um substantivo que criava o sentido: cultura de “alguma coisa”. Cuhe (1999, p. 20) observa, em especial, a evolução da palavra na língua francesa quando, ainda no século XVIII, ela passa a fazer parte do vocabulário dos iluministas numa acepção à “formação, educação do espírito”, passando na sequência a ser um estado, o estado de quem tem cultura.

Cultura (no singular) era, ao contrário de natureza, um caráter de distinção do ser humano, ou seja, significava a “soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade” (CUCHE, 1999, p. 21) incorporados pelo homem. Para o citado autor (*op cit*), a palavra cultura refletia a busca do iluminismo pelo universal e esse homem sujeito central, dono de si, dotado de “cultura” era capaz de se gerir, de controlar os seus instintos mais naturais. Sendo assim, “a palavra é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão, que estão no centro do pensamento da época”. Por isso, a noção de cultura se aproxima do conceito de civilização designando “um processo geral de progresso intelectual” (Cevasco, 2003, p. 09). A ideia de civilização na França do século XVIII está ligada à ideia de progresso que todos os povos passarão até chegar a esse estado do saber, do conhecimento, da educação, e cultura se associa a esse estágio da história.

“As ideias otimistas de progresso, inscritas nas noções de "cultura" e "civilização" podem ser consideradas como uma forma de sucedâneo de esperança religiosa. A partir de então, o homem está colocado no centro da reflexão e no centro do universo.” (CUCHE, 1999, p. 23)

Mas Cuhe (1999) identifica também o momento em que essa semelhança começa a tomar lugares opostos através de uma leitura do trabalho de Norbert Elias (1939). Na Alemanha, onde inicialmente o termo *kultur* vigorava na mesma acepção francesa, o sentido se inverte por conta da burguesia intelectual ser uma classe social distanciada da aristocracia da corte e da política. Assim, a adoção do termo por essa classe e o uso que ela faz dele se opõe a essa aristocracia dominante. Cuhe (*op cit*, p. 24 e 25) explica que:

“Esta distância social alimenta um certo ressentimento, sobretudo entre muitos intelectuais que, na segunda metade do século, vão opor os valores chamados "espirituais", baseados na ciência, na arte, na filosofia e também na religião, aos valores "cortesões" da aristocracia. (...) Assim, tudo o que é autêntico e que contribui "para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência, brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence a civilização.”

Cultura, então, torna-se uma marca de “sinceridade, a profundidade e a espiritualidade” (CUCHE, 1999, p.26) e assume, às vésperas da Revolução Francesa, os traços característicos não apenas da burguesia alemã, mas da própria Nação. Por isso, que essa noção de cultura vai se direcionar, cada vez mais, para a “delimitação e a consolidação das características nacionais” (*op cit*, p. 27). É essa concepção da palavra que inaugura uma interpretação “particularista” de cultura em que “A cultura aparece como um conjunto de conquistas Artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação” (*op cit*, p. 27).

Na França, o conceito universal de cultura se amplia para uma noção de coletividade, na acepção de “um conjunto de caracteres próprios de uma comunidade, mas em um sentido geralmente vasto e impreciso”. Segundo Cuche (1999), ainda que haja o reconhecimento de uma diversidade com a influência da concepção particularista alemã, a ideia de unidade está além das diferenças. Esta concepção “universalista” de cultura se inaugura e se estabelece na França criando uma tradição deste conceito na intelectualidade deste país. Estas duas noções de cultura, que se desenvolvem no embate das concepções fraco-alemãs, para Cuche (1999), estão na base do pensamento do conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas.

Sobre a relação do conceito com o de civilização, Cevalco (2003) afirma que durante o Romantismo, o significado foi invertido já que a ideia de civilização estava associada à estrutura da sociedade implantada pela Revolução Industrial. Cultura era, portanto, o lugar dos “valores humanos” (*op cit*, p. 10). Ao longo das mudanças societárias provenientes da Revolução industrial, o conceito foi se distanciando ainda mais da ideia imperialista de civilização. Segundo Cevalco (*op cit*), a expressão “civilizar os bárbaros” era a justificativa para invasões de territórios e exploração de povos. Foi nesse processo que a palavra que significava o cultivo das faculdades mentais passou a ser usada como uma “reação e uma crítica” em favor dos valores humanos e contra esta sociedade em acelerada transformação. Cabe ressaltar, que a partir do século XX a associação da palavra às artes, como as práticas essenciais para o desenvolvimento humano, passa a ser recorrente.

Também em meados desse século, destaca Cevalasco, prepondera o sentido do termo associado a “um modo de vida específico” (2003, p.11). O inglês Raymond Williams (1958), centro dos debates sobre os estudos culturais da época, dizia que a mudança do termo acompanhou as transformações sociais de uma sociedade que se reestruturava no segundo pós-guerra. Uma de suas acepções antes da guerra era de cultura como “distinção social” (CEVASCO, 2003, p. 11). Este sentido dá lugar a um entendimento de cultura sob o viés antropológico, cultura como aquele conjunto de práticas e significados imbricados no modo de vida de uma sociedade ou grupo. Para Cevalasco, Williams (1958) propõe, sobretudo, pensar o conceito como um enfrentamento a concentração do poder econômico, político se entrecruzando com a expansão cultural. Ele percebia antecipadamente os “primeiros passos da ‘era da cultura’, assim denominada pelo predomínio dos meios de comunicação de massa e pelo desvio do conflito político e econômico para o cultural” (CEVASCO, 2003, p.11).

As noções de cultura utilizadas nas políticas culturais em voga hoje bebem dessa história e das implicações de uma sociedade marcada pelas conformações atribuídas na contemporaneidade pelos meios de comunicação de massa. É nesse sentido que Isaura Botelho (2001) identifica duas dimensões de cultura que permitem formular estratégias de políticas públicas em que dada as suas características principais é possível propor políticas com diferentes focos e campos de atuação na área da cultura.

A dimensão antropológica é entendida, numa acepção à ideia de Williams, como “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas.” (*op cit*, p. 02). Já a dimensão sociológica “é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (*op cit*, p. 02). Veremos, a seguir, como essas noções da palavra cultura estão intrínsecas no projeto Calendário das Artes numa busca pela crítica das políticas culturais da atualidade.

NOÇÃO DE CULTURA NO PROJETO CALENDÁRIO DAS ARTES

Para tratar mais especificamente sobre o projeto a noção de cultura no projeto Calendário das Artes acreditamos ser de suma importante abordar, ainda que brevemente, o seu contexto de surgimento. Cabe iniciar ressaltando que a incorporação de uma noção mais

ampliada do conceito de cultura a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura resultou no reconhecimento dos diversos atores que compõe este campo. Com esta mudança de paradigma, foram criados na esfera federal e estadual programas e projetos que tentam abarcar outros públicos produtores de manifestações artístico-culturais. Nessa perspectiva, surgem programas com a proposta de apoiar as atividades de pequenos grupos, tais como o Programa Mais Cultura do Governo Federal - com a ação Microprojetos Culturais e o Programa VAI – Valorização de Iniciativas Culturais - da Prefeitura de São Paulo.

O primeiro funciona através de edital público, a partir do qual os projetos selecionados recebem, por meio de financiamento não reembolsável, um recurso de até R\$ 13.950,00 para realizarem ações de pequeno porte voltadas e/ou com a participação de jovens e com foco em regiões de menor índice de desenvolvimento humano - IDH. O segundo, o Programa VAI, foi criado pela Lei municipal de São Paulo nº 13.540, de março de 2003, e objetiva apoiar financeiramente grupos juvenis que desenvolvem ações culturais nos próprios locais de origem e que se relacionam com o cotidiano da cidade.

Na Bahia o quadro não é diferente. A partir de 2007, na gestão de Marcio Meirelles à frente da recém-criada Secretaria de Cultura, as seleções públicas foram amplamente utilizadas para o financiamento à produção cultural baiana. Só no primeiro ano da gestão Petista à frente do governo do Estado, foram lançados, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB, 23 editais para áreas como cultura indígena, cultura digital, culturas populares, montagem de teatro e dança, entre outras. No âmbito desta Fundação, neste mesmo período, era recebido um grande volume de solicitações de apoio, sobretudo para ações de pequeno porte – que, por sua vez, exigiam uma menor cobrança nos trâmites para a formalização do apoio e uma maior agilidade no repasse dos recursos.

No intuito de responder a essas solicitações de forma mais transparente, haja vista um longo histórico da política de balcão – de favorecimento de determinados artistas e produtores, em 2008, foi criado o projeto Calendário de Apoio a Projetos Culturais. Este projeto tinha o intuito “organizar as solicitações de apoio e a distribuição de recursos” (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, p. 74). Ele funcionava com a abertura de inscrições ao longo do ano de modo a abarcar a realização de atividades em diferentes épocas, e concedia apoios de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) através de recursos financeiros diretos ou de serviços de impressão, passagens aéreas e hospedagem na cidade de Salvador.

Pelo porte dos projetos que eram apoiados, constituía-se em um mecanismo com maior simplificação do acesso aos recursos e rapidez entre as fases de inscrições e repasse de recursos ou serviços, tornando-se bastante procurado por agentes culturais amadores ou iniciantes. Vigorou até o ano de 2011, no entanto, ainda com grandes entraves aprovação jurídica dos projetos bem como na prestação de contas que permanecia no tradicional formato focado na questão financeira. Com o crescimento da sua procura ao longo dos anos de 2008 a 2011, no ano subsequente, este projeto foi reformulado alterando aspectos relevantes na sua operação.

O projeto funciona hoje, sob o nome Calendário das Artes, com seleções públicas regulamentadas através de editais específicos realizados duas vezes por ano. Somando os números das duas Chamadas do Calendário das Artes em 2012 e da 1ª Chamada do Calendário das Artes em 2013, a Fundação Cultural do Estado da Bahia disponibilizou um total de R\$ 1,742 milhão para a execução de 135 projetos, selecionados dentre um total de 2.639 inscritos, e oriundos de 70 municípios, contemplando todos os 27 Territórios de Identidade do estado². No texto do Edital 09/2013, o projeto se define como um ”concurso para a seleção de propostas que estimulem o desenvolvimento das artes nos diversos territórios de identidade do Estado da Bahia” (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, 2013, p. 01).

As mudanças implementadas se deram principalmente nos seguintes aspectos: a) mudança do marco jurídico que fundamentava a sua operação de “apoio” para “premiação”; b) distribuição igualitária da quantidade de recursos pelos seis macroterritórios da Bahia; c) busca pela facilitação da linguagem com a revisão dos formulários e do texto do edital de modo a aproximar dos públicos pretendidos; d) comissões de seleção compostas, em maior proporção, por representantes regionais dos setores artístico-culturais; e) implantação de rotina de acompanhamento da realização da atividade artístico-cultural premiada, visto que na concessão de “prêmios” não há a obrigatoriedade da prestação de contas financeira, visto que os recursos são repassados ao proponente que se compromete através de contrato a realizar a atividade proposta.

Deste modo, observamos que o projeto objeto de estudo deste trabalho tem adotado estratégias mais amplas para lidar com a questão cultural. Uma delas é a alteração do marco jurídica que de algum modo reconhece a dinâmica cultural fora dos grandes circuitos de

² Informação do site da Fundação Cultural do Estado da Bahia, disponível em <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/calendariodasartes2013chamada2/>. Acesso: 07 de setembro de 2013.

produção onde o conhecimento jurídico-contábil da administração pública está vastamente difundido e, ainda, que faz parte do processo de profissionalização de empresas. Outra vertente é a aproximação com os espaços onde a produção cultural acontece – no território, através da adoção da divisão territorial e ainda a incorporação de comissões de seleção com membros das regiões são um claro indicativo desse movimento. Acrescente-se ainda que a proposição de uma rotina de acompanhamento das atividades financiadas alia a importância na responsabilidade com o uso dos recursos com o caráter dinâmico da produção cultural.

Para abarcar a noção mais ampliada de cultura, a que Isaura Botelho (2001) intitula de antropológica, que foi objeto de diversos embates na nossa história social e que reconhece cultura como toda forma simbólica que advém dos modos de vida, é preciso ir além das intervenções específicas no campo cultural já que ela “exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada, já que está se tratando, aqui, de qualidade de vida” (BOTELHO, 2001, p. 03 e 04)

Desta maneira, ainda que o projeto Calendário das Artes busque aproximar-se do plano territorial onde as práticas culturais acontecem, ele tem um alcance restrito, visto que: 1) conceitualmente, há um claro recorte de projetos dentro das linguagens artísticas, campo tradicional e institucionalizado da produção cultural; e 2) estrategicamente, ele está restrito a uma única instituição o que impacta numa atuação mais global do modo de fazer cultura. O projeto cumpre o seu papel ao abordar as esferas menos profissionalizadas das artes acionando, sobretudo, a dimensão sociológica da cultura onde “existe todo o aparato que visa propiciar o acesso às diversas linguagens, mesmo como prática descompromissada, mas que colabora para a formação de um público consumidor de bens culturais” (BOTELHO, 2001, p. 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de haver claramente uma tentativa de ajustar o olhar para a produção cultural do lugar onde as pessoas vivem, nos seus espaços de origem, buscando a descentralização das ações, por privilegiar as formas tradicionais das manifestações culturais através do recorte nas linguagens artísticas – dimensão sociológica da cultura, e por não ter estratégias mais articuladas de intervenção no campo, o projeto restringe um leque grande de possibilidades de

invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, mais próximos do modo humano de produzir cultura.

Contudo, acreditamos que a arte possibilite o encontro consigo mesmo, de si com os outros, e com a totalidade da realidade humana. Deve ser provocadora da capacidade de observação dos fenômenos ao redor, e estimular a exteriorização dos sentimentos. Ela constitui uma possibilidade de transgressão da realidade dada e de construção das bases de um novo modo de ver o mundo. Nesse sentido, acreditamos que a noção de cultura acionada pelo projeto Calendário das Artes vai ao encontro do desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS:

BARROS, José Márcio; JUNIOR, José Oliveira (orgs.). **Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. 156 p.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo: Perspectiva, V. 15, n 2. p. 73 – 83, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: novembro de 2012. ISSN 0102-8839

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 1 ed. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 1995, p.71-84.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Calendário das Artes** (projeto de captação). Salvador: FUNCEB, 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Edital nº 009/2013 Calendário das Artes 2ª Chamada**. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/calendariodasartes2013chamada2/docs/EDITAL-CALENDARIO-DAS-ARTES-2-CHAMADA-2013.pdf>. Acesso: 30 de agosto de 2013.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. In: CERIMÔNIA DE ENTREGA DA ORDEM DO MÉRITO CULTURAL. Brasília: Ministério da Cultura, 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/08/discurso-gil-ordem-do-merito-2004.pdf>. Acesso em: novembro de 2012.

MIGUEZ, Paulo. **Cultura e Desenvolvimento**. In: Políticas Culturais em Revista – Vol. 2, nº 1, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/395>. Acesso em: outubro de 2012.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **Via Vai: percepções e caminhos percorridos**. Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, São Paulo: 2012. 152 p.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. p. 133-156.

ROCHA, Sophia Cardoso; ARAGÃO, Ana Lúcia. **Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva**. In: II Seminário Internacional Políticas Culturais, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2011/11/06/artigos-do-ii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>. Acesso em: novembro de 2012

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: Tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007a. p.11-36.

_____, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais**: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele. (org.) **Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares**. Salvador. Edufba, 2007b. p.139 – 158.